

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ANÁLISE  
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JACKELYNE EVELLYN DE SALES ASSUNÇÃO

POBREZA DO BRASIL:  
A SITUAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE NAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO  
BRASIL

MANAUS

2020

JACKELYNE EVELLYN DE SALES ASSUNÇÃO

POBREZA DO BRASIL: A SITUAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE NAS REGIÕES  
SUL E SUDESTE DO BRASIL

Artigo publicado como capítulo de livro  
e utilizado para aproveitamento das  
disciplinas Monografia I e II.

Orientadora: Michele Lins Aracaty e  
Silva

MANAUS

2022

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A851p Assunção, Jackelyne Evellyn de Sales  
Pobreza do Brasil : a situação da pobreza e desigualdade nas  
regiões sul e sudeste do Brasil / Jackelyne Evellyn de Sales  
Assunção . 2020  
24 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Michele Lins Aracaty e Silva  
TCC de Graduação (Ciências Econômicas) - Universidade  
Federal do Amazonas.

1. Pobreza e extrema pobreza. 2. Vulnerabilidade. 3. Indicadores.  
4. Sul e sudeste. I. Silva, Michele Lins Aracaty e. II. Universidade  
Federal do Amazonas III. Título

# CAPÍTULO 5

## POBREZA DO BRASIL: A SITUAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE NAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL

*Data de aceite: 01/08/2020*

### **Michele Lins Aracaty e Silva**

Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente pela Universidade de Santa Cruz do Sul - (UNISC)  
Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM  
e-mail: [michelearacaty@ufam.edu.br](mailto:michelearacaty@ufam.edu.br)  
<http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>  
<https://orcid.org/0000-0002-8939-3220>

### **Jackelyne Evellyn de Sales Assunção**

Discente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
e-mail: [jack.sales.assuncao@gmail.com](mailto:jack.sales.assuncao@gmail.com)  
<http://lattes.cnpq.br/2859916816323993>  
<https://orcid.org/0000-0003-0959.1882>

**RESUMO:** A parcela da população que se encontra em condições de pobreza e extrema pobreza concentra-se mais exposta às vulnerabilidades socioeconômicas. Dessa forma serão apresentados tópicos referentes ao conceito e a multidisciplinaridade das definições acerca da vulnerabilidade, concentração de renda e desigualdade, além da pobreza, extrema pobreza e uma breve reflexão sobre a população em situação de rua. Assim, temos como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza e a desigualdade da população residente nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, com base nos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica e no Mapa da Fome de

forma a verificar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional. Quanto aos aspectos metodológicos, este estudo está baseado em pesquisa bibliográfica e documental com o uso de dados secundários, disponibilizados pelo IBGE, ONU, com o IDHM e IPEA, com o IVS das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, além de livros e artigos considerados relevantes e que contribuirão para a pesquisa. No que tange aos resultados, o Rio de Janeiro apresentou o maior IVS em 2017, de 0.284. No Sul, o IDHM Educação de 2010 apresentou para os três estados, indicadores de MÉDIO desenvolvimento, com o Rio Grande do Sul obtendo o menor, de 0.642. Juntas, as duas regiões representam cerca de 70% do PIB brasileiro. O estudo possibilitou demonstrar que em comparativo com a Região Sul, o Sudeste possui os elevados indicadores de vulnerabilidade, os menores indicadores de desenvolvimento humano e os maiores índices de desigualdade e concentração de renda.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza e Extrema Pobreza, Vulnerabilidade, Indicadores, Sul e Sudeste.

### **INTRODUÇÃO**

Nos estudos acerca da pobreza e desigualdade no país, temáticas como fome, vulnerabilidade socioeconômica e concentração de renda aparecem com frequência e apresentam relações com a temática central que demonstram necessidade de análise.

As preocupações acerca da problemática da fome no Brasil e no mundo foram objeto de

estudo do brasileiro Josué de Castro, e ganhou destaque após o lançamento do seu livro em 1946, “Geografia da Fome”. Ao longo de suas obras, Castro provou que a questão da fome não se tratava do quantitativo de alimentos ou do número de habitantes, mas sim da má distribuição das riquezas, concentradas cada vez mais nas mãos de menos pessoas. Com isso, defendia a melhor distribuição de recursos.

Ressaltamos que o a Obra de Josué de Castro, Geografia da Fome de 1946 constitui a motivação para a construção deste trabalho e posterior análise da problemática da fome, pobreza e extrema pobreza na Região Sudeste e Sul do país, regiões com elevado grau de crescimento econômico.

A respeito das regiões que são o objeto de estudo da pesquisa, o Sudeste do país corresponde à região mais populosa, obtendo como base os dados do IBGE, possui como característica a maior economia do país, visto que, seu desenvolvimento ocorre desde a época colonial, passando pelo plano de expansão econômica em meados dos 50. De acordo com o IBGE (2019), a Região Sudeste é responsável por 52,88% do PIB nacional, com um total de 85 milhões de habitantes o que corresponde a 44% da população do país, sendo composta por quatro estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Já em relação à Região Sul, sua economia é diversificada, com atividades ligadas à pecuária, indústria e serviços, o que lhe confere o segundo maior PIB do país. Possui como principais características a extensa pecuária, facilitada por questões geográficas, além da colonização que reproduz traços até os dias atuais. De acordo com o IBGE (2019), a Região Sul do Brasil é responsável por 14,7% do PIB nacional e dispõe de aproximadamente 14% da população brasileira, sendo composta por três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

É possível observar a importância dessa pesquisa ao verificar os dados provenientes da Síntese de Indicadores Sociais - SIS do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. De acordo com esta síntese, entre os anos de 2014 e 2018 houve um aumento de 2 pontos percentuais na população em situação de pobreza no Brasil, esse aumento resultou em 6,5% da população brasileira em situação de pobreza em 2018 no Brasil.

Este percentual é equivalente a 13,5 milhões de pessoas, contingente superior a população de diversos países. Esse fato, corrobora ao alerta que a Organização das Nações Unidas fez ao Brasil que após sair do mapa da fome em 2014 corre o risco de compor novamente este mapa.

A parcela da população que enfrenta a fome e que se encontra em condições de pobreza e extrema pobreza concentra-se mais exposta a vulnerabilidades sociais, em circunstâncias onde a população não dispõe de acesso a bens e serviços básicos: saúde, educação e moradia; fragilidades como: baixa escolarização, condições de precárias de saúde, moradias em locais degradados e em condições sanitárias

inadequadas são altamente presentes.

Assim, temos como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza e a desigualdade da população residente nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, com base nos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica e no Mapa da Fome de forma a verificar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional.

Quanto aos aspectos metodológicos, este estudo está baseado em pesquisa bibliográfica e documental com o uso de dados secundários, especificamente informações disponíveis pelo IBGE, ONU, Atlas de Desenvolvimento Humano - ADH e no Índice de Vulnerabilidade Social - IVS das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, além de livros e artigos considerados relevantes para a construção desta pesquisa.

No que tange aos resultados, o Rio de Janeiro apresentou o maior IVS em 2017, de 0.284. No Sul, o IDHM Educação de 2010 apresentou para os três estados, indicadores de MÉDIO desenvolvimento, com o Rio Grande do Sul obtendo o menor, de 0.642. Juntas, as duas regiões representam cerca de 70% do PIB brasileiro. O estudo possibilitou demonstrar que em comparativo com a Região Sul, o Sudeste possui os elevados indicadores de vulnerabilidade, os menores indicadores de desenvolvimento humano e os maiores índices de desigualdade e concentração de renda.

Com relação à estrutura, este artigo encontra-se dividido em: Introdução, seguido da Revisão da Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações e por fim, teremos as Referências utilizadas para a construção deste trabalho.

## **REVISÃO DA LITERATURA**

### **Josué de Castro e a Problemática da Fome**

Josué de Castro é uma das bases dessa pesquisa, por seus estudos terem sido pioneiros e eficientes na análise da fome no Brasil e no mundo e mesmo após 73 anos do lançamento da obra Geografia da Fome (1948), ao se analisar temas como: fome, pobreza e extrema pobreza é de extrema relevância que se retorne aos estudos da obra Castriana. De acordo Nascimento (2009, p.1) “Reviver Josué de Castro significa a retomada da luta contra a fome”.

Na visão de Alves (2007, p.4) Josué de Castro enriqueceu a análise sobre a fome ao considerar não apenas o aspecto biológico, mas também os aspectos econômicos, políticos, geográficos e sociais. Castro em seus trabalhos não se limitava apenas a dar o diagnóstico da fome no mundo, mas também como se poderia lutar pela erradicação da fome.

Uma consideração importante feita pelo autor em relação à discriminação das áreas de fome conforme Castro (1948):

áreas de fome aquelas em que pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome). Não é o grau de especificidade carencial que assinala e marca a área, mas a extensão numérica em que o fenômeno incide na população (p. 47).

No que diz respeito a área alimentar que correspondia ao Sul e o Sudeste, Castro (1948, p.261) chega à conclusão que

Sul é realmente uma zona de subnutrição crônica, cujas populações, embora libertadas em sua maioria das formas mais graves da fome, estão, no entanto, longe de gozar dos benefícios de um metabolismo perfeitamente equilibrado.

Passaremos a partir deste momento a fazer um breve levantamento conceitual acerca do conceito e definição de Vulnerabilidade e Vulnerabilidade Social.

### **Vulnerabilidade: Conceito e Definição**

De acordo com Schumann (2014, p.18) tratar de vulnerabilidade significa analisar condições de quando um indivíduo não possui possibilidade de obter condições dignas de acesso a um bom sistema de saúde, a condições boas de moradia, ao acesso a um sistema educacional de qualidade. Além disso, é possível analisar a vulnerabilidade em relação à fome, a pobreza e a extrema pobreza. Tais condições acometem parte significativa da população brasileira em todas regiões do país, inclusive nas regiões mais ricas economicamente, região Sul e Sudeste do Brasil, nosso objeto de estudo.

De acordo com Petrini (2003, p.9) conforme a família encontra dificuldades para manter de forma satisfatória suas tarefas básicas de socialização primária e de amparo aos seus membros, formam-se situações de vulnerabilidade que, dependendo da relação com outros fatores de risco, poderão acarretar emergências com a inserção na marginalização social.

A conceituação de Nobre (2008) afirma que:

Vulnerabilidade: é o grau de susceptibilidade ou incapacidade de um sistema para lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, inclusive a variabilidade climática e os eventos extremos de tempo e clima. A vulnerabilidade é uma função do caráter, magnitude e ritmo da mudança climática e da variação a que um sistema está exposto, sua sensibilidade e sua capacidade de adaptação (p.9).

Em linhas gerais, existe um relativo consenso de que a vulnerabilidade é o resultado da convergência da exposição aos riscos, da incapacidade de resposta e da falta de habilidades para adaptação. Nesse sentido, a vulnerabilidade é tanto

uma condição dos indivíduos em face de eventos adversos de várias naturezas (econômicas, sociais, legais) como um enfoque para a análise de diferentes formas de riscos ou tipos de assistências Vignolli (2001, p.1).

Para auxiliar nos estudos e pesquisas e para entender as dimensões da vulnerabilidade socioeconômica no Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada desenvolveu o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) que foi constituído com o intuito de demonstrar fragilidades sociais a partir de fatores com contextos de trabalho e renda, educação e saúde, condições de transporte, habitação e saneamento básico, entre outros aspectos. O Atlas da Vulnerabilidade Social - AVS, por sua vez, consiste na aplicação deste índice aos territórios dos municípios e das RMs do país e de sua representação em mapas. Além de publicação impressa, o AVS ensejou a elaboração de uma plataforma web onde são possíveis consultas e a extração dos dados nos formatos tabular e cartográfico. (IPEA, 2015, p.17)

Cada indicador teve seu valor normalizado numa escala que varia entre 0 e 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação. A condição de absoluta ausência de vulnerabilidade equivale a 0% de casos indesejados (ou, por exemplo, zero mortos por mil nascidos vivos, no caso da variável taxa de mortalidade de crianças de até 1 ano de idade). (IPEA, 2015, p.18)



Figura 1 – Faixas do IVS

Fonte: AVS, IPEA (2015)

Como um dos principais indicadores de desenvolvimento humano, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas - ONU para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. As dimensões utilizadas para calcular o IDH são: Longevidade, Renda e Educação. Para que fosse possível uma perspectiva mais específica do desenvolvimento humano no Brasil, o IDH foi adaptado para Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (ONU, 2013, p.25).

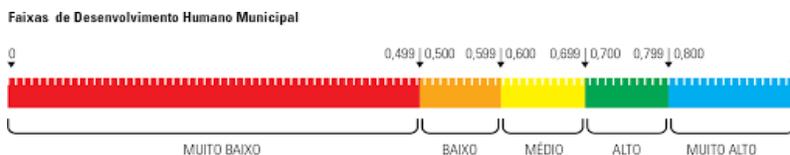


Figura 2 – Faixas do Desenvolvimento Humano Municipal

Fonte: ONU (2013)

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o IDHM brasileiro considera as mesmas dimensões do IDHM Global – Renda, Longevidade e Educação. Este indicador adequa a metodologia global ao contexto brasileiro (ADHB, 2013, p.27).

A análise integrada do desenvolvimento humano com a vulnerabilidade social oferece o que se denomina aqui de Prosperidade Social. A prosperidade social é a ocorrência simultânea do alto desenvolvimento humano com a baixa vulnerabilidade social, sugerindo que, nas porções do território onde ela se verifica, ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspera (ADHB, 2013).

## Desigualdade e Concentração de Renda

Temas como desigualdade e concentração de renda necessitam de pesquisas e debates a respeito, visto que de acordo com Campello et al. (2018, p.3) “Uma parcela expressiva da população vem vivendo à margem de condições mínimas de vida. Elevá-las a um patamar de dignidade não pode ser considerado um valor secundário no debate sobre desigualdade”. Para Barros et al. (2001, p.6) o Brasil é um país desigual que possui o desafio histórico de encarar uma herança de justiça social, a qual parte significativa da sua população está excluída do acesso as condições mínimas de dignidade e cidadania.

Para Barros et al. (2001, p.6) a desigualdade é tão pertencente a história brasileira que adquire fórum de coisa natural, além disso, a pobreza tem extrema relação com a desigualdade, visto que a desigualdade distributiva retrata o principal determinante da pobreza. E que conforme Wlodarski e Cunha (2005, p.8) “é possível perceber que a desigualdade social e como consequência desta, a pobreza, refletem as ações direcionadas e determinadas pelas formas de pensar e planejar nossa sociedade”

No que tange a relação entre desigualdade e concentração de renda é

afirmada por Campello et al. (2018, p.3):

A mensuração de desigualdade mais conhecida é a da concentração de renda apurada pelo Coeficiente de Gini. Ela aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos e vem cumprindo um papel inegável, ao expor uma das faces mais estruturantes do fenômeno, a desigualdade de renda. Entretanto, apresenta limitações por olhar um único aspecto do problema: a renda monetária.

Em relação a desigualdade, entende-se que em concordância com Barros et al. (2001, p.28):

O diagnóstico básico referente à estrutura da pobreza entende que o Brasil, no limiar do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres. A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la torna-se um imperativo. Imperativo de um projeto de sociedade que deve enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social. Desafio clássico da era moderna, mas que toma contornos de urgência no Brasil contemporâneo.

## **Pobreza e Extrema Pobreza**

De acordo com Rocha (2006, p.12), um dos critérios para analisar a pobreza é a partir da renda, visto que em economias modernas parcela significativa das necessidades dos indivíduos é atendida através de trocas mercantis, logo é plausível que o conceito de pobreza seja sistematizado de forma indireta através da renda. Nessa perspectiva, é estabelecido um valor monetário associado ao custo de provimento das necessidades médias de uma pessoa.

Ainda para o Autor (2006), quando se refere especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é chamado de linha de indigência, ou de pobreza extrema em relação ao caráter indispensável das necessidades alimentares. Quando se refere ao conjunto mais amplo das necessidades, trata-se da linha de pobreza.

Tais valores são utilizados como parâmetros para distinguir dois subgrupos de acordo com a renda, indigentes e não-indigentes, no caso da linha de extrema pobreza, e pobres e não-pobres, quando se utiliza a linha da pobreza. Sendo assim, os pobres são aqueles com renda situados abaixo do valor estabelecido pela linha da pobreza, logo, incapazes de suprir as o conjunto de necessidades consideradas mínimas. Indigentes, um subconjunto de pobres, são aqueles cuja renda é inferior a estabelecida pela linha de pobreza extrema e não conseguem suprir nem as necessidades nutricionais (2006, p.14).

Analisando através da perspectiva de outro autor a respeito da conceituação de pobreza, podemos destacar que de acordo com Mattei (2017, p.25):

A pobreza, sem dúvida alguma, é a mais perceptível forma de degradação da condição humana, uma vez que coloca claramente aos olhos de toda a sociedade um conjunto imenso de pessoas desprovidas de bens, excluídas socialmente e privadas de cidadania. Desta forma, esse fenômeno apenas realça os resultados contraditórios do modo de organização econômica, social e política das sociedades contemporâneas.

Pelo fato de o Brasil não possuir uma linha oficial de pobreza, a Síntese dos Indicadores Sociais – SIS/ IBGE toma como base linhas de pobreza absolutas medidas a partir de valores definidos em dólares por dia, adotadas em nível mundial a partir das indicações do Banco Mundial. Por mais que existam discussões sobre as linhas de corte e como adaptá-las às necessidades de cada país, o limite para a definição de pobreza global é o valor de US\$ 1,90 diários per capita em Paridade de Poder de Compra – PPC (IBGE, 2019, p.57).

A seguir, abordaremos a questão da população em situação de rua, problemática mais evidentes em grandes centros urbanos e das maiores cidades do país, constituindo um dos mais relevantes desafios para os agentes públicos em todo o Brasil.

## **A Questão da População em Situação de Rua**

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada em 2009, é possível definir população em situação de rua como:

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p.19).

No que se refere ao quantitativo de indivíduos em situação de rua, como essa categoria não é incluída nos censos decenais, utilizamos o Censo da População em Situação de Rua da cidade de São Paulo em 2019<sup>1</sup>, que apresenta dados significativos. Comparando os dois últimos censos realizados, no ano de 2015 eram 15.905 indivíduos em situação de rua na cidade de São Paulo, no ano de 2019 esse número se elevou para 24.344, o que significa um aumento de 53% na população em situação de rua apenas na cidade de São Paulo, como podemos observar no Quadro 1.

---

<sup>1</sup> Censo da População em Situação de rua da Cidade de São Paulo. Disponível em: < [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/Produto5\\_SMADS\\_SP\\_Final.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/Produto5_SMADS_SP_Final.pdf) >. Acesso em: 22 de março de 2020

Censo da População em Situação de Rua na cidade de São Paulo			
ANOS	Pessoas recenseadas nas ruas	Pessoas recenseadas nos centros de acolhida	Total da população em situação de rua
2015	7.335	8.570	15.905
2019	12.651	11.693	24.344

Quadro 1 – População em Situação de Rua na Cidade de São Paulo

Fonte: Censo da População em situação de Rua (2015), Censo da População em situação de Rua (2019) – Prefeitura de SP

Ora mencionados os dados acima, cabe analisar variáveis demográficas que apresentam relevância para a análise, que são encontradas nos Censos da População em Situação de Rua, sendo elas: faixa etária, sexo e cor. Porém, como existem divergências nas apresentações dos dados nos relatórios censitários feitos em 2015 e 2019, será feita a apresentação dessas informações de forma separada, não ocorrendo a análise das trajetórias dos quantitativos, devido as divergências na apresentação dos dados nos relatórios disponibilizados. Segue abaixo as informações de sexo, faixa etária e cor do Censos da População em Situação de Rua de 2015.

No relatório da pesquisa censitária referente a população de rua do ano de 2015, as análises das variáveis demográficas são distinguidas entre pessoas recenseadas na rua e pessoas recenseadas em centros de acolhimento, por isso não é possível comparar com os resultados do relatório da pesquisa censitária de 2019, que dispõe os dados conforme o número geral da população de rua, não fazendo distinções, por conta disso, o quantitativo total no quadro acima é apenas de 7.335 (Censo da População em Situação de rua, 2015, p.53). Dito isto, no ano de 2015 eram 5818 indivíduos do sexo masculino morando nas ruas de São Paulo, em relação ao sexo feminino foram constatadas cerca de 1110 mulheres em situação de rua e 407 pessoas sem identificação. Em termos percentuais, 84% dos casos válidos (desconsiderando aqueles sem identificação) eram do sexo masculino e 16% do sexo feminino.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste trabalho possuem abordagem qualitativa por ser uma forma adequada para entender a natureza dos acontecimentos e a importância dos indicadores do IDHM, IVS, índices de Pobreza e Extrema Pobreza, indicadores de desigualdade e concentração de renda, para avaliar a

Vulnerabilidade Socioeconômica das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Quanto aos meios essa pesquisa é definida através da pesquisa bibliográfica e documental, visto que será desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e dados secundários (observação e análise) disponibilizados pela ONU acerca do IDH e pelo IPEA acerca do IVS.

Quanto aos fins, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Conceituada como exploratória pois buscará agregar informações relevantes a respeito do tema da pesquisa, como: aspectos da pobreza e extrema pobreza, das vulnerabilidades socioeconômicas e a desigualdade e concentração da renda. Descritiva por tratar de problemas sociais abrangentes que necessitam ser compreendidos, para isso, utilizando a descrição desses problemas como a pobreza e vulnerabilidade e a definição das variáveis relacionadas entre eles.

Entre os diversos instrumentos de coleta utilizados nas ciências sociais aplicadas, neste trabalho optamos por utilizar o método observacional e a técnica da observação indireta. Quanto à análise de dados esta pesquisa é classificada em análise de conteúdo, com o auxílio de quadros e tabelas.

## ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Tendo como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza e a desigualdade da população residente nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, com base nos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica e no Mapa da Fome de forma a verificar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional.

Nesse sentido, é válido apresentar os indicadores do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS das regiões analisadas nesta pesquisa: Sudeste e Sul. A seguir os quadros com os indicadores disponibilizados pelo IPEA através do Atlas da Vulnerabilidade Social - AVS dos anos disponibilizados.

MACRO REGIÃO E UNIDADES FEDERATIVAS	ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL DA REGIÃO SUDESTE							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sudeste	0.299	0.244	0.239	0.225	0.236	0.234	0.228	0.235
Espirito Santo	0.274	0.242	0.224	0.191	0.22	0.229	0.227	0.227
Minas Gerais	0.282	0.238	0.211	0.197	0.204	0.211	0.209	0.207
Rio de Janeiro	0.323	0.282	0.277	0.273	0.273	0.282	0.275	0.284
São Paulo	0.297	0.24	0.251	0.237	0.249	0.238	0.23	0.241

Quadro 2 – IVS Região Sudeste

Fonte: Planilha do Atlas da Vulnerabilidade Social, IPEA (2020)

O quadro acima apresenta os índices de vulnerabilidade da Região Sudeste e seus respectivos estados ao longo de 2010 a 2017, os anos disponibilizados pelo AVS. Com base nesses dados, é possível entender que o IVS da região Sudeste se aproxima do indicador considerado como ideal, conforme a faixa de análise do índice, o IVS da região Sudeste entre 2010 a 2017 encontra-se baixo. Esse indicador possui uma trajetória ascendente nos últimos dois anos analisado, 2016 e 2017, possuindo IVS de 0.228 e 0.235 respectivamente.

Em relação a análise dos indicadores dos estados da região Sudeste, é possível afirmar que todos estão compreendidos como baixa vulnerabilidade. Vale destacar o caso do estado do Rio de Janeiro, que no ano de 2017, possuía o maior IVS da região Sudeste neste ano, alcançando o indicador de 0.284, em seguida se encontra o estado de São Paulo, com IVS de 0.241.

Segue abaixo os Índices de Vulnerabilidade Social da Região Sul do Brasil e seus respectivos estados.

MACRO REGIÃO E UNIDADES FEDERATIVAS	ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL DA REGIÃO SUL							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Sul</b>	0.23	0.194	0.188	0.181	0.172	0.191	0.184	0.186
<b>Paraná</b>	0.252	0.196	0.202	0.203	0.17	0.19	0.183	0.186
<b>Rio Grande do Sul</b>	0.234	0.205	0.191	0.182	0.201	0.221	0.208	0.209
<b>Santa Catarina</b>	0.192	0.17	0.146	0.134	0.112	0.128	0.133	0.134

Quadro 3 – IVS Região Sul

Fonte: Planilha do Atlas da Vulnerabilidade Social, IPEA (2020)

O quadro acima apresenta os índices de vulnerabilidade da região Sul e seus respectivos estados ao longo de 2010 a 2017. Com base nesses dados, é possível entender que o IVS da região Sul, encontra-se muito baixo. O ano que essa região obteve maior índice foi em 2010, alcançando o IVS DE 0.230, e o ano com menor IVS foi o de 2014 com 0.172.

Em relação a análise dos indicadores dos estados da região Sul, é possível afirmar que todos estão compreendidos como muito baixa vulnerabilidade. Vale destacar o caso do Rio Grande do Sul, quem em toda sua trajetória do IVS, mostrou-se com os maiores índices da região Sul do país. Em 2017, último ano analisado, o Rio Grande do Sul possuiu IVS de 0.209, em seguida o Paraná com IVS de 0.186

Ao comparar os quadros acima, pode-se observar que a região Sul em relação a região Sudeste, possui um menor IVS, que indica que com base neste índice a

região Sudeste do país possui uma maior vulnerabilidade social em comparativo com a região Sul. Deve ser levado em consideração as diferenças entre as regiões, como o número de estados e suas composições histórico-sociais; a quantidade de população e o tamanho dos estados.

Visto que o IDHM adequa a metodologia global ao contexto brasileiro. Faz-se necessário analisar os indicadores do Sul e Sudeste.

UNIDADES FEDERATIVAS	INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL							
	2000				2010			
	IDHM	IDHM RENDA	IDHM LONGEVIDADE	IDHM EDUCAÇÃO	IDHM	IDHM RENDA	IDHM LONGEVIDADE	IDHM EDUCAÇÃO
<b>São Paulo</b>	0.702	0.756	0.786	0.581	0.783	0.789	0.845	0.719
<b>Rio de Janeiro</b>	0.664	0.745	0.740	0.530	0.761	0.782	0.835	0.675
<b>Espirito Santo</b>	0.640	0.687	0.777	0.491	0.740	0.743	0.835	0.653
<b>Minas Gerais</b>	0.624	0.680	0.759	0.470	0.731	0.730	0.838	0.638

Quadro 4 – IDHM Região Sudeste

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasileiro, IPEA, (2013)

O quadro acima refere-se a dados do IDHM, disponibilizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000 e 2010. O quadro relaciona os estados da região Sudeste com os respectivos índices, tanto o IDHM geral quanto nas 3 dimensões levadas em consideração, renda; longevidade e educação. É interessante destacar que todos os índices apresentaram crescimento, e São Paulo manteve-se como líder em IDHM comparando com os outros estados da região sudeste em ambos os anos.

No que diz respeito aos indicadores de 2010, São Paulo permaneceu como líder nesta região possuindo IDHM de 0.783, considerado alto, em relação ao IDHM de educação, se elevou para 0.719, também considerado alto. O IDHM de São Paulo obteve um crescimento de 11,53% entre os anos 2000 e 2010.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL								
UNIDADES FEDERATIVAS	2000				2010			
	IDHM	IDHM RENDA	IDHM LONGEVIDADE	IDHM EDUCAÇÃO	IDHM	IDHM RENDA	IDHM LONGEVIDADE	IDHM EDUCAÇÃO
<b>Santa Catarina</b>	0.674	0.717	0.812	0.526	0.774	0.773	0.860	0.697
<b>Paraná</b>	0.650	0.704	0.747	0.522	0.749	0.757	0.830	0.668
<b>Rio Grande do Sul</b>	0.664	0.720	0.804	0.505	0.746	0.769	0.840	0.642

#### Quadro 5 – IDHM Região Sul

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasileiro, IPEA (2013)

É interessante destacar que todos os índices apresentaram crescimento, e Santa Catarina manteve-se como líder em IDHM comparando com os outros estados da região sul em ambos os anos. No que diz respeito aos indicadores de 2010, Santa Catarina permaneceu como líder nesta região possuindo IDHM de 0.774, considerado alto.

No comparativo entre os dois quadros, é perceptível que no último ano analisado os estados de ambas as regiões obtiveram IDHM considerados ALTO. Porém, é possível perceber uma infeliz semelhança entre quase todos os estados, exceto São Paulo, de que todos os IDHM na dimensão educação estão na faixa considerada média para este indicador, enquanto as dimensões Renda e Longevidade se configuram como alto e muito alto respectivamente.

No que diz respeito aos Coeficientes de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita disponibilizados pela PNAD Contínua, segue os dados referentes aos estados da região Sudeste e Sul do País e suas respectivas capitais ao longo de 2012 a 2018, anos disponibilizados na Síntese dos Indicadores Sociais 2019.

Grandes Regiões e Unidades da Federação e Municípios das Capitais	Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais entre 2012-2018						
	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
<b>Sudeste</b>	<b>0,533</b>	<b>0,520</b>	<b>0,522</b>	<b>0,508</b>	<b>0,509</b>	<b>0,512</b>	<b>0,517</b>
<b>São Paulo</b>	0,539	0,525	0,524	0,513	0,509	0,510	0,513
<b>São Paulo</b>	<b>0,581</b>	<b>0,582</b>	<b>0,554</b>	<b>0,553</b>	<b>0,557</b>	<b>0,559</b>	<b>0,537</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	0,543	0,518	0,523	0,503	0,512	0,518	0,529
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>0,552</b>	<b>0,524</b>	<b>0,531</b>	<b>0,516</b>	<b>0,528</b>	<b>0,539</b>	<b>0,551</b>
<b>Minas Gerais</b>	0,492	0,493	0,491	0,486	0,491	0,492	0,500
<b>Belo Horizonte</b>	<b>0,545</b>	<b>0,543</b>	<b>0,533</b>	<b>0,547</b>	<b>0,510</b>	<b>0,541</b>	<b>0,551</b>
<b>Espírito Santo</b>	0,509	0,503	0,509	0,504	0,501	0,499	0,489
<b>Vitória</b>	<b>0,573</b>	<b>0,525</b>	<b>0,519</b>	<b>0,557</b>	<b>0,545</b>	<b>0,540</b>	<b>0,518</b>

Quadro 6 – Coeficiente de Gini Região Sudeste

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, (2018)

O quadro acima refere-se aos estados da região Sudeste do Brasil e relaciona o Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita com os respectivos estados e suas capitais, além da macrorregião a qual pertencem. A partir desses indicadores é possível perceber que na trajetória do Coeficiente de Gini da região Sudeste, o ano com maior coeficiente foi o de 2018 com indicador de 0,533. Os anos com menores Coeficientes de Gini para a região sudeste foram os de 2015 e 2014, com indicadores de 0,508 e 0,509 respectivamente.

Em relação a análise dos indicadores dos estados e suas respectivas capitais, é possível constatar uma diferença entre os coeficientes do estado como um todo e somente os coeficientes da capital. É perceptível que todos os indicadores dos estados são menores que os das capitais. Consideremos como exemplo o estado de São Paulo que possui uma trajetória de ascensão do coeficiente de Gini onde em 2017 possuía indicador de 0,525, ao analisar a capital São Paulo, podemos perceber que a trajetória do coeficiente é menos regular e no mesmo ano de 2017 possuía coeficiente de 0,582, uma diferença relativamente expressiva e que ocorre devido a vários fatores.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais entre 2012-2018						
	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
<b>Sul</b>	<b>0,473</b>	<b>0,467</b>	<b>0,463</b>	<b>0,451</b>	<b>0,459</b>	<b>0,466</b>	<b>0,478</b>
<b>Paraná</b>	0,493	0,480	0,478	0,454	0,466	0,474	0,483
<b>Curitiba</b>	<b>0,525</b>	<b>0,521</b>	<b>0,499</b>	<b>0,455</b>	<b>0,481</b>	<b>0,480</b>	<b>0,489</b>
<b>Santa Catarina</b>	0,417	0,414	0,421	0,415	0,409	0,430	0,436
<b>Florianópolis</b>	<b>0,476</b>	<b>0,468</b>	<b>0,470</b>	<b>0,482</b>	<b>0,467</b>	<b>0,493</b>	<b>0,514</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	0,485	0,482	0,472	0,466	0,479	0,478	0,496
<b>Porto Alegre</b>	<b>0,547</b>	<b>0,555</b>	<b>0,546</b>	<b>0,511</b>	<b>0,554</b>	<b>0,543</b>	<b>0,551</b>

Quadro 7– Coeficiente de Gini Região Sul

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018

A partir desses dados, é possível perceber que o Coeficiente de Gini da Região Sul se aproxima mais do indicador ideal, possuindo uma trajetória de ascensão entre 2015 até 2018. O ano de 2012 consagra-se com o maior indicador 0,478 e em seguida 2018 possuindo indicador 0,473. O ano com menor Coeficiente de Gini na Região Sul foi 2015, possuindo índice de 0,451.

No que se refere a análise dos estados da Região Sul e suas respectivas capitais, também é possível constatar uma diferença entre os indicadores dos estados como um todo e os indicadores somente das capitais. É possível perceber que em todos os anos analisados, os coeficientes dos estados são menores que os das capitais, nesse caso de forma mais expressiva. Ao analisar o estado do Rio Grande do Sul, é interessante perceber que os indicadores através dos anos se mantêm na faixa de 0,4 e mais próxima do indicador ideal, ao analisar a capital Porto Alegre é perceptível que a trajetória do indicador é mantida na faixa de 0,5. Como exemplo o ano de 2017, onde o Coeficiente de Gini do estado Rio Grande do Sul foi de 0,482, enquanto a capital Porto Alegre registrou coeficiente de 0,555, uma diferença relativamente expressiva.

Ao comparar os quadros ora apresentados, pode-se observar que a Região Sul em comparativo com a Região Sudeste, possui um menor Coeficiente de Gini da distribuição do rendimento domiciliar Per Capita, que pode indicar uma menor desigualdade de renda nessa região analisando pela perspectiva desse indicador.

Uma outra análise a ser realizada é a participação das Regiões Sul e Sudeste e seus respectivos estados no PIB brasileiro, a influência desses estados no PIB das

regiões a qual pertencem e valores referentes ao PIB per capita do Brasil, do Sul e do Sudeste e de seus estados. A seguir, um quadro que sintetiza essas informações para o ano de 2017.

ESTADOS E REGIÕES	PIB em 2017	% PIB NACIONAL	% PIB REGIONAL	POPULAÇÃO ESTIMADA 2017	PIB PER CAPITA
<b>BRASIL</b>	R\$ 6.583.000.000.000,00	-	-	207.660.929,00	R\$ 31.700,72
<b>SUDESTE</b>	R\$ 3.480.767.000.000,00	52,88%	-	86.949.714,00	R\$ 40.031,95
<b>SÃO PAULO</b>	R\$ 2.119.854.000.000,00	32,20%	60,90%	45.094.866,00	R\$ 47.008,77
<b>RIO DE JANEIRO</b>	R\$ 671.362.000.000,00	10,20%	19,29%	16.718.956,00	R\$ 40.155,74
<b>MINAS GERAIS</b>	R\$ 576.199.000.000,00	8,75%	16,55%	21.119.536,00	R\$ 27.282,75
<b>ESPÍRITO SANTO</b>	R\$ 113.352.000.000,00	1,72%	3,26%	4.016.356,00	R\$ 28.222,60
<b>SUL</b>	R\$ 1.121.718.000.000,00	17,04%	-	29.644.948,00	R\$ 37.838,42
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	R\$ 423.151.000.000,00	6,43%	37,72%	11.322.895,00	R\$ 37.371,27
<b>SANTA CATARINA</b>	R\$ 277.192.000.000,00	4,21%	24,71%	7.001.161,00	R\$ 39.592,29
<b>PARANÁ</b>	R\$ 421.375.000.000,00	6,40%	37,57%	11.320.892,00	R\$ 37.221,01

Quadro 8 – PIB Região Sul e Sudeste em 2017

Fonte: IBGE<sup>2</sup> (2020), Sistemas de Contas Nacionais<sup>3</sup> (2019) e Estimativas de População no Brasil<sup>4</sup> (2017)

O quadro acima foi confeccionado a partir de dados do PIB do Brasil, das regiões e dos estados do ano de 2017, extraídos do site do IBGE e das estimativas de população para 2017. Dessa forma, relaciona o PIB das regiões e seus estados com o PIB brasileiro e a partir disso, demonstra a participação percentual das regiões e estados no PIB nacional e a participação percentual dos estados no PIB das suas respectivas regiões, além de apresentar os valores do PIB per capita para o Brasil, Sul e Sudeste e seus respectivos estados.

No ano de 2017, o PIB brasileiro correspondeu a R\$ 6.583 trilhões, desse valor, 52,88% representava apenas a região sudeste, o que caracteriza essa região como de importância fundamental para economia brasileira e que concentra a maior parcela dos valores de bens e serviços produzidos no país. Em relação a região Sul, 17,04% é o percentual de participação da região no total do PIB nacional, região quem também apresenta relevância. Dito isso, as duas regiões que são objeto de estudo desta pesquisa, concentravam juntas em 2017 cerca de 70% dos valores de bens e serviços produzidos no país, o que caracteriza uma relevante concentração do PIB brasileiro nessas regiões.

2 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 19 de março de 2020

3 Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101680\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101680_informativo.pdf). Acesso em 19 de março de 2020

4 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=16985&t=resultados>. Acessado em 19 de março de 2020

Em relação aos estados, São Paulo lidera no que diz respeito a participação percentual no PIB nacional, com 32,20%, além disso, este estado compõe 60% do PIB da região Sudeste, o que revela a forte concentração dos valores de bens e serviços produzidos no Brasil. No que se refere a região Sul, os estados de Rio Grande do Sul e Paraná compõem por volta de 37% PIB regional, cada, dessa forma ambos juntos equivalem a 75% do total produzido de bens e serviços na região Sul.

Considerando a população estimada pelo IBGE para o ano de 2017 e com as informações do PIB nacional, regional e dos estados é possível mensurar os valores para o PIB per capita. No ano de 2017, o Brasil possuía um PIB per capita de R\$31.700, no mesmo ano, a região Sudeste detinha um PIB per capita de R\$40.000, cerca de R\$ 9.000 a mais que o PIB per capita brasileiro, a região Sul apresentava um PIB per capita de R\$ 37.838, também maior que a média nacional.

Em relação os dados da pobreza e extrema pobreza e como o foco desta pesquisa se encontra no Sul e no Sudeste do Brasil, faz-se necessário a construção de um quadro para a melhor percepção dessas porcentagens diante da população. O primeiro quadro diz respeito a região sudeste que corresponde a 3,2% do total de 13,5 milhões de brasileiros que se encontram nas condições de extrema pobreza. O segundo quadro refere-se a região sul que totaliza 2,1% dos 13,5 milhões de brasileiros que estão na linha de pobreza de US\$1.90 PPC por dia. 2019.

ESTADOS	POPULAÇÃO CENSO 2010	POPULAÇÃO EXTREMA POBREZA 2010 (6,5% média do país)	POPULAÇÃO ESTIMADA 2019	POPULAÇÃO ESTIMADA EM EXTREMA POBREZA (6,5% média do país)
São Paulo	41.262.199	2.682.042,94	45.919.049	2.984.738,19
Rio de Janeiro	15.989.929	1.039.345,39	17.264.943	1.122.221,30
Minas Gerais	19.597.330	1.273.826,45	21.168.791	1.375.971,42
Espírito Santo	3.514.952	228.471,88	4.018.650	261.212,25

Quadro 9 - Extrema Pobreza nos Estados da Região Sudeste

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico 2010; SIS (2019), Expectativas da População Brasileira para 2019.

O quadro acima diz respeito aos estados da região Sudeste do Brasil e relaciona a população do Censo de 2010 e as expectativas de população de 2019 com a taxa de 6,5% (média do Brasil) de população em condições de extrema pobreza. Dentre as taxas de crescimento da população em situação de extrema

pobreza, vale ressaltar que o Espírito Santo possui uma taxa de crescimento de 14,33% , deve-se considerar que a população desse estado é a menor da região sudeste, seguida por 11,28% do estado de São Paulo, 7,97% no Rio de Janeiro e 8% no estado de Minas Gerais.

ESTADOS	POPULAÇÃO CENSO 2010	POPULAÇÃO EXTREMA POBREZA 2010 (6,5% média do país)	POPULAÇÃO ESTIMADA 20109	POPULAÇÃO ESTIMADA EM EXTREMA POBREZA (6,5% média do país)
<b>Paraná</b>	10.444.526	678.894,19	11.433.957	743.207,21
<b>Santa Catarina</b>	6.248.436	406.148,34	7.164.788	465.711,22
<b>Rio Grande do Sul</b>	10.693.929	695.105,39	11.377.239	739.520,54

Quadro 10 - Extrema Pobreza nos Estados da Região Sul

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico 2010; SIS (2019), Expectativas da População Brasileira para 2019.

O quadro acima se refere aos estados da região sul do Brasil, também relaciona a população do Censo Demográfico 2010 e a população estimada 2019 com a taxa média 6,5% de população em situação de extrema pobreza. Em relação as taxas de crescimento da população em condições de extrema pobreza, vale ressaltar a taxa do estado de Santa Catarina que obteve 14,66%, seguida pelo Paraná com 9,47% e o Rio Grande do Sul com 6,38%.

De forma complementar, observando os dados da Síntese dos Indicadores Sociais do ano de 2019, com base na linha de extrema pobreza de US\$ 1,90 PPC por dia, no ano de 2018 6,5% da população brasileira se encontrava com rendimento igual ou inferior ao valor estipulado por essa linha (equivalente a R\$ 145,00 mensais nos valores de 2018), que equivale a 13,5 milhões de pessoas. Referente a linha de pobreza de US\$ 5,50 PPC por dia, em 2018 havia 25,3% da população brasileira com rendimentos iguais ou inferiores ao valor estimado por essa linha (equivalente a R\$ 420,00 mensais nos valores de 2018) (IBGE, 2019, p.59)

Em relação a Síntese dos Indicadores Sociais 2019, já foi mencionado que em 2018 25,3% da população brasileira vivia com rendimentos iguais ou inferiores a US\$ 5,50 PPC por dia. No que tange as regiões brasileiras, em 2018 o Nordeste possuía o maior percentual de habitantes nessas condições 43,6%, seguido da região Norte com 41,3%, Centro – Oeste com 16,4%, Sudeste com 16,3% e

finalmente a região Sul com 12,1% (IBGE, 2019, p.59).

Analisaremos, a partir de agora o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional.

A análise integrada do desenvolvimento humano com a vulnerabilidade social oferece o que se denomina aqui de prosperidade social. A prosperidade social é a ocorrência simultânea do alto desenvolvimento humano com a baixa vulnerabilidade social, sugerindo que, nas porções do território onde ela se verifica, ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspera.

A faixa de leitura da prosperidade social está estabelecida entre muito baixa, baixa, média, alta e muito alta. Segue abaixo o quadro referente a prosperidade social regional nas 5 macro regiões do país.

MACRO REGIÕES	PROSPERIDADE SOCIAL REGIONAL							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
SUDESTE	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto
SUL	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto
CENTRO – OESTE	Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto
NORTE	Baixo	Médio	Médio	Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto	Muito Alto
NORDESTE	Baixo	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto	Muito Alto	Alto

Quadro 11 – Prosperidade Social Regional

Fonte: Planilha do Atlas da Vulnerabilidade Social, IPEA (2020)

O Quadro 10 acima é referente aos indicadores da prosperidade social regional nas cinco macro regiões do Brasil, dentre os anos de 2010 a 2017. Ao analisar as regiões Norte e Nordeste, é possível observar uma trajetória semelhante. A respeito das regiões que são objeto de estudo da pesquisa, o Sudeste e o Sul do país, ambas demonstraram trajetórias idênticas de indicadores de prosperidade social consideradas muito altas de 2010 a 2017.

A respeito da análise da insegurança alimentar, os dados foram coletados em uma publicação da PNAD 2013 referente a segurança alimentar. Para uma melhor interpretação, é necessário saber que na PNAD 2013 foram pesquisadas 362 555 pessoas e 148 697 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.

MACRO REGIÕES	SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR – 2013 Números Relativos (%)			
	TOTAL	LEVE	MODERADA	GRAVE
SUDESTE	14,5	10,2	2,4	1,9
SUL	14,9	10,5	2,5	1,9
CENTRO - OESTE	18,2	12,7	3,2	2,3
NORTE	36,1	21,6	7,7	6,7
NORDESTE	38,1	23,6	8,9	5,6

Quadro 12 - Domicílios particulares, por situação de insegurança alimentar, segundo as Grandes Regiões e a situação do domicílio (2013)

Fonte: PNAD (2013)

O quadro acima é proveniente da PNAD (2013) e refere-se à situação de domicílios particulares por situação de insegurança alimentar, segundo as grandes regiões. A situação de insegurança alimentar é classificada em leve, moderada e grave. De acordo com o quadro, as regiões que possuíam a o maior número de domicílios nessas condições são o Nordeste, seguido da região Norte, com 38,1% e 36,1% respectivamente.

A respeito das regiões que são objeto de análise desta pesquisa, o Sul e o Sudeste, é possível observar que as porcentagens de domicílios de ambas possuem trajetórias semelhantes. De acordo com o Quadro 11, o Sul possuía ao total 14,9% de domicílios em situação de insegurança alimentar, observando por categorias, o Sul possuía 10,5% de domicílios em situação de insegurança alimentar leve, 2,5% em situação moderada e 1,9 em situação grave. Em relação a região Sudeste, que possuía ao total de 14,5% de domicílios em situação de insegurança alimentar, analisando através das categorias, 10,2% dos domicílios estavam em situação leve, 2,4% em situação moderada e 1,9 em situação grave.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Temáticas como vulnerabilidade, pobreza, desigualdade, concentração de renda e fome, foram os assuntos centrais abordados nesta pesquisa. Estas problemáticas são presentes em todo o mundo, em especial, no Brasil que apresenta indicadores que demonstram a dimensão destes problemas no país. Devido as dimensões continentais e diferenças geográficas do Brasil, se faz necessário que a análise desses temas seja dividida por regiões, e nesta pesquisa foram tratadas as Regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Para análise da vulnerabilidade socioeconômica, foi utilizado um indicador desenvolvido pelo IPEA, que possibilita demonstrar fragilidades sociais a partir do contexto da infraestrutura urbana, renda e trabalho e capital humano. Esse indicador é o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS, que serviu como base para o entendimento

da vulnerabilidade nas regiões e seus respectivos estados que configuram o objeto de estudo desta pesquisa.

A Região Sudeste, conforme a faixa de análise do índice, em 2017 possuía um IVS considerado baixo, de 0.235, porém possuía uma trajetória de ascensão em relação aos anos anteriores. Em relação a região Sul, seguindo a faixa de análise, em 2017 possuía um IVS de 0.186, considerado muito baixo e mais próximo do ideal.

Dessa forma, tendo como base o IVS para a comparação das Regiões Sul e Sudeste, é válido afirmar que em comparativo com a Região Sul, o Sudeste possui uma maior vulnerabilidade social. Todavia, deve ser levado em consideração as diferenças entre as regiões: quantidade e o dimensões dos estados, quantitativo de população e questões de composição histórico-sociais.

Aliado à análise da vulnerabilidade social, o Índice de Desenvolvimento Humano desenvolvido pela ONU e adaptado ao Brasil para IDH Municipal, se constitui como um indicador para entender o desenvolvimento humano no país, com bases definidas em fatores de educação, longevidade e renda. Devido aos dados desse índice serem oriundos do Censo Demográfico, só foi possível analisar entre os anos 2000 e 2010.

É perceptível que entre esses anos, houve aumento significativo no IDHM dessas regiões e seus respectivos estados, mantendo um bom desenvolvimento humano. Entretanto, uma característica presente nas duas regiões é o baixo IDHM na dimensão educação, comparados as dimensões de renda e longevidade. O que se percebe em ambas regiões e estados é que enquanto o IDHM geral, IDHM Renda e IDHM Longevidade se conceituam na faixa de análise como alto e muito alto, o IDHM Educação nas duas regiões e em todos os estados destas, exceto São Paulo, se caracterizam com índices de menor valor e permanecem na faixa considerada média de desenvolvimento. Dessa forma, é percebida uma necessidade da valorização da educação no Brasil.

A respeito da pobreza e extrema pobreza, os documentos disponibilizados pelo IBGE demonstram que no ano de 2018, 6,5% da população brasileira se encontrava com rendimentos iguais ou inferiores a US\$ 1,90 PPC (equivalente a R\$ 145,00 mensais nos valores de 2018) o que correspondia a 13,5 milhões de pessoas em condições de extrema pobreza. Ainda de acordo com os dados do IBGE, havia em 2018 25,3% da população do Brasil em situação de pobreza, apresentando rendimentos iguais ou inferiores a US\$ 5,50 PPC por dia (equivalente a R\$ 420,00 mensais nos valores de 2018). A respeito das regiões que são o objeto de estudo, o Sudeste apresentou 16,3% da população em situação de pobreza, em relação ao Sul, o quantitativo foi menor, cerca de 12,1%.

No que se refere a desigualdade e concentração de renda, o Coeficiente

de Gini que corresponde a um conceituado indicador no que se refere a tratar da variável renda e sua concentração. De acordo com os dados do IBGE, de forma geral, esta medida para o Brasil, as regiões analisadas e seus respectivos estados se conceituam na faixa intermediária de concentração de renda.

Ainda em relação à concentração de renda e desigualdade, se faz necessário refletir a respeito da relação entre o PIB brasileiro e a participação das Regiões Sul e Sudeste e seus respectivos estados nesta medida de produção do país. Com o auxílio de dados do IBGE, é possível afirmar que o PIB do Brasil em 2017 correspondia a R\$ 6.583 trilhões, desse valor, 52,82% era a parcela pertencente a Região Sudeste, o que simboliza que essa região era e continua sendo responsável por metade do quantitativo total dos valores de bens e serviços produzidos no Brasil, o que demonstra a importância fundamental desta região para a economia brasileira e também a concentração das riquezas e da produção. A respeito da Região Sul, o percentual de participação no PIB nacional correspondia a 17,4%. Com base nisso, as duas regiões que foram pesquisadas, concentravam juntas em 2017 cerca de 70% dos valores de bens e serviços produzidos no país, o que as caracteriza como regiões de alta concentração do PIB brasileiro.

Todas as temáticas analisadas nesta pesquisa são elementos que impactam diretamente a qualidade de vida de milhares de pessoas, o que é percebido através dos indicadores analisados nesse estudo. Todavia, a reflexão que se faz necessária é a percepção de que isso é uma questão que transcende índices, indicadores, números e valores, que de fato significam pessoas, famílias, idosos e crianças que possuem sua qualidade de vida afetada por fatores como a pobreza, a vulnerabilidade socioeconômica e a desigualdade.

Após o estudo de alguns autores que analisam as temáticas desta pesquisa e leitura de vários documentos de órgãos como o IBGE e IPEA, além dos diversos indicadores analisados, se apresentou de forma evidente a necessidade de que mais estudos como este sejam feitos, afim de agregar e complementar a gama de conhecimento e as perspectivas já existentes a respeito desses assuntos, como também suas possíveis soluções.

Propostas de solução relacionadas a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, auxiliam no curto prazo e de forma a atender as necessidades básicas imediatas. Todavia, projetando em uma perspectiva de longo prazo, entendemos que seja necessário a criação de projetos de incentivos ao sistema de educação pública, que aliado aos investimentos nos sistemas de saúde, saneamento básico e projetos de inserção no mercado de trabalho auxiliarão na quebra do ciclo da pobreza.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, José Jakson Amancio. **Uma leitura geográfica da fome com Josué de Castro**. Geografia Norte Grande. p.5-20.2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/article/download/228745/23158>. Acesso em: 12 de outubro de 2019.
- BARROS, Ricardo Paes de et al. A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade E Pobreza No Brasil. **IPEA: Texto Para Discussão N°800**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/pdf>. Acesso em 5 de janeiro de 2020
- BRASIL. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao\\_a\\_contar.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao_a_contar.pdf). Acesso em: 13 de janeiro de 2020.
- CAMPELLO, Tereza *et al.* Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. N. ESPECIAL, ed. 3, p. 54-66, 2018. DOI 10.1590/0103-11042018S305. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0054.pdf>. Acesso em: 5 de janeiro 2020.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 2. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1948.
- IBGE. **Aspectos Demográficos das Regiões Sul e Sudeste**. 2015. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
- \_\_\_\_\_. **PNAD**. 2015. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
- \_\_\_\_\_. **PNAD**. 2013. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.
- \_\_\_\_\_. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Disponível em < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>>. Acesso em: 16 de novembro de 2019.
- \_\_\_\_\_. **Síntese dos Indicadores Sociais 2019**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acessado em 15 de outubro de 2019.
- IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social 2015**. Disponível em:< [http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao\\_atlas\\_ivs.pdf](http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs.pdf)>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
- \_\_\_\_\_. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2014**. Disponível em: < [http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao\\_atlas\\_municipal\\_pt.pdf](http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal_pt.pdf)>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.
- \_\_\_\_\_. **Planilha do Atlas da Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/planilha>>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.
- MATTEI, Lauro. A Pobreza e as Suas Interfaces Multidisciplinares. *In*: GARCIA, Adir Valdemar (org.). **Reflexões Sobre a Pobreza**: concepções, enfrentamentos e contradições. 1. ed. Santa Catarina: NUP/CED/UFSC, 2017. v. 1, cap. 1, p. 23-80. Disponível em: <http://fliphtml5.com/wskm/whail/>. Acesso em: 18 de novembro de 2019.
- NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. O resgate da obra de Josué de Castro, onde estamos? **Cronos**, Natal - RN, v. 10, n. 1, p.43-50, 2009. Disponível em: [https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1766/pdf\\_17](https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1766/pdf_17). Acesso em: 12 de outubro de 2019.

NOBRE, Carlos. Mudanças climáticas e o Brasil – Contextualização. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 27, 2008. Disponível em: [http://seer.cgee.org.br/iparcerias\\_estrategicas/article](http://seer.cgee.org.br/iparcerias_estrategicas/article). Acesso em: 16 de outubro de 2019.

PETRINI, João Carlos. **Notas para uma Antropologia da Família**. X, [s. l.], 2003. Disponível em: [http://www.ibdfam.org.br/\\_img/congressos/anais/120.pdf](http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/120.pdf). Acesso em: 15 de outubro de 2019.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.244 p. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/1/3649\\_001.pdf](https://edisciplinas.usp.br/1/3649_001.pdf). Acesso em: 5 de novembro de 2019.

SCHUMANN, Livia R. M. A. **A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético**. 2014. 165 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) - Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/MiguelAmaralSchumann.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

VIGNOLLI, Jorge Rodríguez. Vulnerabilidade sociodemográfica: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe. In: **Vulnerabilidade Sociodemográfica**. [S. l.: s. n.], 2001. cap. 4, p. 95-142. Disponível em: [http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes\\_cap\\_4\\_pgs\\_95-142.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes_cap_4_pgs_95-142.pdf). Acesso em: 18 de outubro de 2019.

WLODARSKI, Regiane; CUNHA, Luiz Alexandre. Desigualdade Social E Pobreza Como Consequências Do Desenvolvimento Da Sociedade. Ix Simpósio De Processo Civilizador. **Anais**. PARANÁ, 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/workshop/art15.pdf>. Acesso em: 5 de janeiro de 2020.